

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
INFORME SEBIB Nº 18/16

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos

REVISTA DE INTERESSE PÚBLICO (RIP) Nº 95 – jan/ fev/2016
SUMÁRIO

- Um novo olhar sobre a seleção e a formação de magistrados – *Taís Schilling Ferraz*
- Plano (?) Nacional de Educação: a necessidade de estratégias emergentes – *Weder de Oliveira*
- Autonomia das Universidades: estudo comparativo entre o direito brasileiro e direito italiano – *Fabício Motta, Eriberto Francisco Bevilaqua Marin*
- Racionalidade legislativa como argumento na interpretação da ordem econômica e tributária – *Henrique Mello*
- Nuances da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Tribunais de Contas – *Luciano Silva Costa Ramos, Diogo Roberto Rimgemberg*
- Direito da regulação: falhas de mercado – *Juarez Freitas, Manoel Gustavo Neubarth Trindade, Antonio Carlos Machado Volkweiss*
- Sociedade de riscos e incertezas: o controle judicial sobre as escolhas regulatórias – *Sergio Guerra*

REVISTA DE INTERESSE PÚBLICO (RIP) – Nº 96 - mar-abr/2016
SUMÁRIO

- O Estado intervencionista e seus limites - *Regina Neri Ferrari*
- Desapropriação, interesse público e controle judicial - *Edilson Pereira Nobre Júnior*
- O regime jurídico brasileiro dos bens públicos: uma análise crítica a partir do regime garantista dos bens fundamentais - *Luiz Henrique Urquhart Cademartori, Garzyelly Alessandra Baggenstoss*
- Eproc e sustentabilidade - *Sérgio Renato Tejada Garcia*

- Indefinição conceitual acerca do dever constitucional de eficiência administrativa - *Gabriel Cozendey Pereira Silva*
- Crítica de las tesis de Robert Alexy (Comentario a la ponencia de R. Alexy titulada "El concepto no-positivista de los derechos fundamentales. Teoría de los principios, derechos fundamentales y moral") - *Gregorio Robles*
- Autonomia da Administração Tributária: modernização da Administração Pública no Estado Democrática de Direito - *Adriana da Costa Ricardo Scheir*
- Honorários sucumbenciais dos advogados públicos: natureza jurídica e análise da competência do Município para legislar no âmbito da advocacia pública municipal - *Anderson Vichinkeski Teixeira*
- Controle de sustentabilidade pelos Tribunais de Contas: proposta de marco legal a ser utilizado no controle externo concretizador da sustentabilidade ambiental - *Daniel Zago Gonçalves da Cunda*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados
Salvador, 02 de junho de 2016